

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--------------------------------------------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
<b>Total</b>	<b>13.976.292.242</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	1.243.369	1.467.685
1.01	Ativo Circulante	124.448	309.932
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.087	54.431
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.092	152.734
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.092	152.734
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	3.092	152.734
1.01.03	Contas a Receber	62.244	59.038
1.01.03.01	Clientes	62.244	59.038
1.01.03.01.01	Contas a Receber	60.716	57.500
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.528	1.538
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.985	7.285
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.720	2.387
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	47.320	34.057
1.01.08.03	Outros	47.320	34.057
1.01.08.03.01	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	44.955	33.791
1.01.08.03.02	Outros Créditos	301	104
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	767	0
1.01.08.03.04	Contas a Receber com Operações de Derivativos	1.297	162
1.02	Ativo Não Circulante	1.118.921	1.157.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	213.730	223.152
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	168.584	179.212
1.02.01.07.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	168.584	179.212
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.607	1.594
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.607	1.594
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	43.539	42.346
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais e Outros	1.250	1.246
1.02.01.09.05	Outros Créditos	50	50
1.02.01.09.06	Tributos a Recuperar	20	20
1.02.01.09.07	Contas a Receber com Operações de Derivativos	42.219	41.030
1.02.03	Imobilizado	48.305	48.533
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	40.414	42.058
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.891	6.475
1.02.04	Intangível	856.886	886.068
1.02.04.01	Intangíveis	856.886	886.068

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	1.243.369	1.467.685
2.01	Passivo Circulante	96.901	147.350
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.917	9.714
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.158	1.389
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.759	8.325
2.01.02	Fornecedores	20.210	19.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.004	19.587
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	206	121
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.049	55.405
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.092	50.564
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.879	44.311
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.213	6.253
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.957	4.841
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.957	4.841
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.866	17.811
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	5.803
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	5.803
2.01.04.02	Debêntures	21.866	12.008
2.01.05	Outras Obrigações	10.057	18.126
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.985	3.813
2.01.05.02	Outros	6.072	14.313
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.374	1.372
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	4.698	5.579
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	7.362
2.01.06	Provisões	9.802	26.586
2.01.06.02	Outras Provisões	9.802	26.586
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	9.802	26.586
2.02	Passivo Não Circulante	895.536	1.062.053
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	792.325	938.328
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	148.805
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	148.805
2.02.01.02	Debêntures	792.325	789.523
2.02.02	Outras Obrigações	39.815	66.247
2.02.02.02	Outros	39.815	66.247
2.02.02.02.05	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	26.432
2.02.02.02.06	Mtuos - Partes Relacionadas	39.815	39.815
2.02.03	Tributos Diferidos	54.515	48.905
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.515	48.905
2.02.04	Provisões	8.881	8.573
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.881	8.573
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	8.881	8.573
2.03	Patrimônio Líquido	250.932	258.282
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	27.988	115.877
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	80.539	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	243.436	253.139
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.541	-103.625
3.02.01	Custo de Construção	-6.180	-21.439
3.02.02	Provisão de manutenção	-1.602	-4.451
3.02.03	Depreciação e Amortização	-38.047	-31.662
3.02.04	Custo de Outorga	-15.139	-15.010
3.02.05	Serviços	-16.599	-17.023
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.504	-9.760
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.914	-2.464
3.02.08	Outros	-1.556	-1.816
3.03	Resultado Bruto	151.895	149.514
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.379	-13.823
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.713	-14.056
3.04.02.01	Serviços	-6.781	-6.387
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-475	-565
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.020	-3.846
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-113	-189
3.04.02.05	Outros	-3.324	-3.069
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	349	291
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15	-58
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.516	135.691
3.06	Resultado Financeiro	-14.907	-23.023
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	122.609	112.668
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.070	-38.110
3.08.01	Corrente	-36.460	-34.034
3.08.02	Diferido	-5.610	-4.076
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.539	74.558
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	80.539	74.558
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00593	0,00508
3.99.01.02	PN	0,00652	0,00559
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00593	0,00508
3.99.02.02	PN	0,00652	0,00559

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	80.539	74.558
4.03	Resultado Abrangente do Período	80.539	74.558

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	90.248	101.100
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	143.175	143.310
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	80.539	74.558
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.610	4.076
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	824	824
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	34.372	28.305
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	4.150	3.922
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado	17	57
6.01.01.07	Variação Cambial s/Empréstimos	-2.838	-10.787
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures	17.741	19.005
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-696	-2.504
6.01.01.14	Provisão para Perda Esperada – Contas a Receber	9	-19
6.01.01.15	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	782	793
6.01.01.16	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	1.602	4.451
6.01.01.17	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	447	1.463
6.01.01.19	Resultado de Operações com Derivativos	-57	17.873
6.01.01.20	Juros sobre Mútuos	673	1.293
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.927	-42.210
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-3.225	-985
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-3	-194
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	2.300	1.321
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	466	1.103
6.01.02.05	Despesa Antecipada Outorga Fixa	-1.360	-7.006
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-767	-12
6.01.02.07	Fornecedores	502	8.356
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-501	515
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.203	1.856
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	32.093	32.664
6.01.02.11	Liquidação de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-474	-301
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	2	52
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-18.833	-15.736
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-881	-1.583
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-63.449	-62.260
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	141.209	-24.205
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-2.552	-1.904
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-5.881	-22.943
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	0	642
6.02.04	Aplicações Financeiras	149.642	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-280.801	-99.831
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-37.906	-13.723
6.03.04	Empréstimos e Debêntures - Custo de Transação Incorrido	-127	-101
6.03.06	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos Principal	-148.574	-73.147
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-6.305	-12.860
6.03.09	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-87.889	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-49.344	-22.936
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.431	118.893
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.087	95.957



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.04.06	Dividendos	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.539	0	80.539
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.539	0	80.539
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	80.539	0	250.932

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.558	0	74.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.558	0	74.558
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	93.943	74.558	0	310.906

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.01	Receitas	266.504	277.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	265.808	274.826
7.01.02	Outras Receitas	696	2.504
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-38.218	-56.160
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.294	-20.669
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.142	-9.601
7.02.04	Outros	-7.782	-25.890
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-1.602	-4.451
7.02.04.02	Custo de Construção	-6.180	-21.439
7.03	Valor Adicionado Bruto	228.286	221.170
7.04	Retenções	-38.522	-32.227
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.522	-32.227
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	189.764	188.943
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.876	25.863
7.06.02	Receitas Financeiras	43.876	25.863
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	233.640	214.806
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	233.640	214.806
7.08.01	Pessoal	11.922	12.152
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.328	8.611
7.08.01.02	Benefícios	2.920	2.890
7.08.01.03	F.G.T.S.	465	431
7.08.01.04	Outros	209	220
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.783	61.738
7.08.02.01	Federais	53.621	48.924
7.08.02.02	Estaduais	140	142
7.08.02.03	Municipais	13.022	12.672
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.396	66.358
7.08.03.01	Juros	58.912	51.045
7.08.03.02	Aluguéis	345	303
7.08.03.03	Outras	15.139	15.010
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	80.539	74.558
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	80.539	74.558

## Comentário do Desempenho

### Informações Trimestrais

#### Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2018

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T17.

#### Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 237,3 milhões (+2,4%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 80,5 milhões (+8,0%);
- O EBIT atingiu R\$ 137,5 milhões (+1,3%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 178,5 milhões (+3,1%).

Indicadores [R\$ MM]	1ºT18	1ºT17	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	237,3	231,7	2,4%
EBIT	137,5	135,7	1,3%
Margem EBIT Ajustada	58,0%	58,6%	-0,6 p.p
EBITDA Ajustado	178,5	173,2	3,1%
Margem EBITDA Ajustada	75,2%	74,7%	0,5 p.p
Lucro Líquido	80,5	74,6	8,0%

(\*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

#### Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq<sup>1</sup>

Em unid. <sup>2</sup>	1ºT18	1ºT17	Var. %
Veículos Equivalentes	29.762.905	29.408.558	1,2%
Veículos Leves (Eq)	17.104.432	17.014.451	0,5%
Veículos Pesados (Eq)	12.658.473	12.394.107	2,1%

1 – Veq<sup>1</sup> - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

#### Tráfego Consolidado (+1,2%)

O Tráfego consolidado do 1T18 registrou crescimento de 1,2% sobre o 1T17, com efeito calendário de -1,1% sobre o ano anterior devido à mobilidade do feriado de Páscoa, que em 2017 foi em abril e esse ano realizou-se em março.

## Comentário do Desempenho

### Veículos de Passeio (+0,5%)

Com crescimento de 0,5% sobre o 1T17, os três primeiros meses de 2018 mostraram um efeito calendário de -0,1% na movimentação dos veículos de passeio. O tráfego pendular e de longa distância registraram crescimento notadamente nas praças da pista Oeste e na região de Sorocaba.

### Veículos Comerciais (+2,1%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T18 foi 2,1% maior em relação ao 1T17.

O tráfego nas praças de longa distância é destaque no crescimento registrado nos três primeiros meses do ano, apesar do efeito calendário de -2,4%.

## 1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

### Receita Bruta Operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	1ºT18	1ºT17	Var. %
Receita de pedágio	255.818	249.386	2,6%
Receitas acessórias	3.810	4.001	-4,8%
<b>Receita bruta operacional</b>	<b>259.628</b>	<b>253.387</b>	<b>2,5%</b>
<b>Receita bruta de construção [R\$ mil]</b>	<b>1ºT18</b>	<b>1ºT17</b>	<b>Var. %</b>
<b>Total</b>	<b>6.180</b>	<b>21.439</b>	<b>-71,2%</b>

### Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 1T18, destacamos a implantação das faixas adicionais nos km 44,2 ao 45,8 da Pista Leste e km 50,4 ao 52,4 também Pista Leste, da Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280,

### Receita Bruta Operacional

A Receita Bruta Operacional do 1T18 registrou crescimento de 2,5% em relação ao 1T17, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário ocorrido em 01 de julho de 2017.

## Comentário do Desempenho

### Custos e Despesas

<b>Custos e Despesas [R\$ mil]</b>	<b>1ºT18</b>	<b>1ºT17</b>	<b>Var. %</b>
Custo de Construção	6.180	21.439	-71,2%
Provisão de Manutenção	1.602	4.451	-64,0%
Depreciação e Amortização	38.522	32.227	19,5%
Custos da Outorga	15.139	15.010	0,9%
Serviços de Terceiros	23.380	23.410	-0,1%
Custo com pessoal	13.524	13.606	-0,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	3.027	2.653	14,1%
Outros	4.546	4.652	-2,3%
<b>Custos e Despesas</b>	<b>105.920</b>	<b>117.448</b>	<b>-9,8%</b>

O custo total da concessionária diminuiu R\$ 11.528 milhões no 1T18, quando comparado ao mesmo período de 2017. As principais variações estão mencionadas a seguir:

**Custo de Construção:** A redução de 71,2% no 1T18, comparado com o 1T17, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares, realizados conforme cronograma de contratos e mencionado nos itens acima.

**Provisão de Manutenção:** Neste trimestre houve uma redução de 64,0%, em comparação com o 1T17, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

**Depreciação e Amortização:** Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

**Custo da Outorga:** Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

**Serviços de Terceiros:** Despesas com prestação de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais pontes, viadutos, túneis e obras de arte correntes (drenagem).

**Custos com Pessoal:** No 1T18 houve uma redução de R\$ 82 mil em relação ao mesmo período de 2017, em função de reestruturação de pessoal.

**Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros:** Os custos do 1T18 foram 14,1% superiores aos registrados no mesmo período de 2017, impactados principalmente pelo aumento nos gastos com materiais para manutenção e conservação.

**Comentário do Desempenho****EBITDA**

<b>Reconciliação EBITDA [R\$ MM]</b>	<b>1ºT18</b>	<b>1ºT17</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	80,5	74,6	8,0%
(+) IR/CS	42,1	38,1	10,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	14,9	23,0	-35,2%
(+) Depreciação e Amortização	38,5	32,2	19,6%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>176,0</b>	<b>167,9</b>	<b>4,8%</b>
Margem EBITDA (a)	72,3%	66,3%	6 p.p
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	1,6	4,5	-64,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>178,4</b>	<b>173,2</b>	<b>3,0%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada (d)</b>	<b>75,2%</b>	<b>74,7%</b>	<b>0,5 p.p</b>

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

**EBIT**

<b>Reconciliação EBIT [R\$ MM]</b>	<b>1ºT18</b>	<b>1ºT17</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	80,5	74,6	8,0%
(+) IR/CS	42,1	38,1	10,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	14,9	23,0	-35,2%
<b>EBIT (a)</b>	<b>137,5</b>	<b>135,7</b>	<b>1,3%</b>
Margem EBIT (a)	56,5%	53,6%	2,9 p.p
<b>Margem EBIT Ajustada (b)</b>	<b>58,0%</b>	<b>58,6%</b>	<b>-0,6 p.p</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

**Resultado Financeiro Líquido**

<b>Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]</b>	<b>1ºT18</b>	<b>1ºT17</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(58,8)</b>	<b>(48,9)</b>	<b>20,3%</b>
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(57,7)	(47,0)	22,8%
Taxas, Comissões e Outros	(0,7)	(0,5)	40,0%
Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manut.	(0,4)	(1,5)	-73,3%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>43,9</b>	<b>25,9</b>	<b>69,5%</b>
Rendimento sobre aplicações Financ	0,7	3,3	-78,8%
Outras receitas financeiras	43,2	22,6	91,2%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(14,9)</b>	<b>(23,0)</b>	<b>-35,2%</b>

O Resultado Financeiro do 1T18 está 35,2% superior ao 1T17, principalmente em virtude do resultado entre as perdas em variação cambial e ganhos na operação de derivativos, o qual encerrou-se em janeiro de 2018.

## Comentário do Desempenho

### 2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes [un]</b>	<b>1ºT18</b>	<b>1ºT17</b>	<b>Var. %</b>
Total de acidentes	712	757	-5,9%
Total de vítimas	495	552	-10,3%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, intensificação de campanhas educativas e ações de engenharia.

O resultado do 1T18 apresentou redução de 5,9% na quantidade de acidentes e queda de 10,3% na quantidade de vítimas, em comparação ao mesmo período de 2017.

### 4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

**Caminhos para a Cidadania:** Realizado na ViaOeste desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos.

Desde o início, já foram atendidos mais de 640 mil alunos, mais de 22 mil educadores em 400 escolas por ano, em 17 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental das redes públicas de ensino.

**Estrada para Saúde:** Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.



## Comentário do Desempenho

**Karatequina:** O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar. Anualmente são atendidos cerca de 300 alunos.

**Projeto Sacolona** – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com uma Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

**Lacre Solidário** - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais, secretarias de educação e demais parceiros. Desde 2012 já foram entregues 261 cadeiras de rodas.

**Música e Cidadania** - O Projeto Música e Cidadania disponibiliza aulas de diversos instrumentos musicais que compõem uma Banda Sinfônica. O projeto é direcionado à comunidade carente e visa atender 250 crianças e adolescentes e tem como objetivo promover a cidadania dos alunos.

### 5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2018

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

#### Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., sua controladora, a Companhia e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela controladora CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação é o dia 14 de maio de 2018.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais da Companhia e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

## Notas Explicativas

A Companhia está sujeita à Lei 12.846 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, poderá ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto informações financeiras trimestrais.

### Outras informações relevantes

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, ocorreram as seguintes alterações nos processos abaixo:

#### (i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da ViaOeste, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Aguarda-se prolação da sentença.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a ViaOeste interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Após a publicação do acórdão, iniciará o prazo para interposição dos recursos cabíveis à ViaOeste.

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 10 de maio de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

### 3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

#### **CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente**

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

#### **CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

##### *i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

## Notas Explicativas

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	57.500	57.500
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.132	3.132

### ii. *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

#### 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

#### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	5.087	4.477
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	49.954
	<u>5.087</u>	<u>54.431</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	3.092	152.734
	<u>3.092</u>	<u>152.734</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,13% do CDI, equivalente a 6,67% ao ano (98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Circulante</b>		
Pedágio eletrônico - outros (a)	60.197	56.913
Receitas acessórias (b)	<u>571</u>	<u>630</u>
	60.768	57.543
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(52)</u>	<u>(43)</u>
	<u><u>60.716</u></u>	<u><u>57.500</u></u>

### Idade de vencimento dos títulos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	60.706	57.453
Créditos vencidos até 60 dias	10	41
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	6
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	15	16
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>37</u>	<u>27</u>
	<u><u>60.768</u></u>	<u><u>57.543</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u> (Reclassificado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	122.609	112.668
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(41.687)	(38.307)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(93)	(192)
Incentivo relativo ao imposto de renda	202	439
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(65)	(52)
Outros ajustes tributários	<u>(427)</u>	<u>2</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(42.070)</u>	<u>(38.110)</u>
Impostos correntes	(36.460)	(34.034)
Impostos diferidos	<u>(5.610)</u>	<u>(4.076)</u>
	<u>(42.070)</u>	<u>(38.110)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,31%</u>	<u>33,83%</u>

**b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Bases ativas</b>		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.255	965
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.020	2.915
Provisão para perda esperada - contas a receber	45	36
Perdas em operações com derivativos	-	319
Constituição da provisão de manutenção	3.333	9.039
Outros	74	75
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	<u>45.490</u>	<u>46.982</u>
	<u>53.217</u>	<u>60.331</u>
<b>Bases passivas</b>		
Variação Cambial	-	(10.513)
Resultado de operações com derivativos	(12.183)	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	<u>(95.549)</u>	<u>(98.723)</u>
	<u>(107.732)</u>	<u>(109.236)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(54.515)</u>	<u>(48.905)</u>

(\*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

## Notas Explicativas

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	3.297	3.297	41.658	30.494	44.955	33.791
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Não Circulante	12.364	13.188	156.220	166.024	168.584	179.212

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	31/03/2018					
	Transações			Saldos		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Cessão onerosa	Forneceores e contas a pagar
<b>Controladora</b>						
CCR S.A.	-	3.146 (a)	673 (b)	1 (d)	40.964 (b)	989 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
AutoBAn	-	-	-	-	-	3 (d)
CPC	-	5.527 (e)	-	1 (d)	-	1.732 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	-	34 (d)	-	96 (d)
Samm	724 (c)	-	-	3.036 (c)	-	-
SPVias	-	-	-	-	-	1 (d)
Metrô Bahia	-	-	-	60 (d)	-	11 (d)
MSVia	-	-	-	-	-	1 (d)
Serveng Cívilsan	-	-	-	-	-	1
ViaQuatro	-	-	-	3 (d)	-	2 (d)
Total circulante, 31 de março de 2018				1.528	1.149	2.836
Total não circulante, 31 de março de 2018				1.607	39.815	-
Total, 31 de março de 2018	724	8.673	673	3.135	40.964	2.836
Total, 31 de dezembro de 2017				3.132	40.291	3.337
Total, 31 de março de 2017	735	10.593	1.293			

### Despesas com profissionais chave da administração

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração (f):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	581	410
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	262	208
Previdência privada	25	25
Seguro de vida	1	1
	869	644



## Notas Explicativas

### Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração dos administradores (f)	1.270	1.019

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o Rodoanel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% ao ano.
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; e
- (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

## 11. Ativo Imobilizado

### Movimentação do custo

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/03/2018</u>		<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Móveis e utensílios	4.222	-	(12)	29	4.239
Máquinas e equipamentos	37.477	1	(469)	259	37.268
Veículos	11.883	-	-	397	12.280
Instalações e edificações	5.122	-	(3)	-	5.119
Equipamentos operacionais	83.429	-	(193)	598	83.834
Imobilizado em andamento	6.475	2.699	-	(1.283)	7.891
	<u>148.608</u>	<u>2.700</u>	<u>(677)</u>	<u>-</u>	<u>150.631</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 148 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 171 no trimestre findo em 31 de março de 2017). A taxa média de capitalização no trimestre foi de 0,50% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures) e de 0,42% a.m. no 1º trimestre de 2017.

## Notas Explicativas

### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017	31/03/2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(3.040)	(90)	10	(3.120)
Máquinas e equipamentos	11	(24.990)	(811)	465	(25.336)
Veículos	25	(8.256)	(587)	-	(8.843)
Instalações e edificações	6	(357)	(5)	2	(360)
Equipamentos operacionais	11	(63.432)	(1.418)	183	(64.667)
		<u>(100.075)</u>	<u>(2.911)</u>	<u>660</u>	<u>(102.326)</u>

## 12. Intangível

### Movimentação do custo

	31/12/2017	31/03/2018		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.522.821	6.429	(3.358)	1.525.892
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.384	-	-	13.384
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	(204)	1.353
Direito da concessão - ágio (a)	<u>251.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>251.709</u>
	<u>1.789.471</u>	<u>6.429</u>	<u>(3.562)</u>	<u>1.792.338</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 548 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 2.333 no trimestre findo em 31 de março de 2017). A taxa média de capitalização no trimestre foi de 0,50% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures) e 0,42% a.m. em 2017.

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017	31/03/2018		
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(739.692)	(31.254)	3.562	(767.384)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.074)	(207)	-	(11.281)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.353)	-	-	(1.353)
Direito da concessão - ágio (a)	(*)	<u>(151.284)</u>	<u>(4.150)</u>	<u>-</u>	<u>(155.434)</u>
		<u>(903.403)</u>	<u>(35.611)</u>	<u>3.562</u>	<u>(935.452)</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Direito da concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

## Notas Explicativas

### 13. Empréstimos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Em moeda estrangeira</b>				
1. Banco de Tóquio -Mitsubishi Ufj (a)	LIBOR 3M + 2,10% a.a.	Janeiro de 2019	-	154.608 (b)
<b>Total geral</b>			<b>-</b>	<b>154.608</b>
<b>Circulante</b>			<b>-</b>	<b>5.803</b>
<b>Não circulante</b>			<b>-</b>	<b>148.805</b>

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20, para maiores detalhes).

#### Garantias:

- (b) Aval / Fiança Corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta.

1. Em 05 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o Banco de Tokyo, com recursos da 7ª emissão de debêntures.

### 14. Debêntures

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldo dos custos a apropriar</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	447	Setembro de 2019	193.556	193.822 (d)
6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	2.823	Novembro de 2021	284.559	277.166 (d)
7ª Emissão - Série Única	106,25% do CDI	0,0593% (a)	587	635	Novembro de 2020	336.076	330.543 (e)
<b>Total geral</b>				<b>3.905</b>		<b>814.191</b>	<b>801.531</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						23.103	13.187
Custo de transação						(1.237)	(1.179)
						<b>21.866</b>	<b>12.008</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						794.993	792.425
Custo de transação						(2.668)	(2.902)
						<b>792.325</b>	<b>789.523</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram considerados para fins de cálculo de TIR as taxas contratuais variáveis.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

#### Garantias:

- (d) Não existem garantias.  
(e) Garantia real.

## Notas Explicativas

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2018</u>
2019	183.878
2020	330.000
2021	<u>281.115</u>
	<u>794.993</u>

### 15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/03/2018</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Não circulante</b>						
Cíveis e administrativos	3.562	19	-	114	-	3.695
Trabalhistas e previdenciários	<u>5.011</u>	<u>384</u>	<u>(166)</u>	<u>54</u>	<u>(97)</u>	<u>5.186</u>
	<u>8.573</u>	<u>403</u>	<u>(166)</u>	<u>168</u>	<u>(97)</u>	<u>8.881</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 139 e R\$ 238, respectivamente, no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 60 e R\$ 241, respectivamente, no trimestre findo em 31 de março de 2017).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis e administrativos	1.232	234
Trabalhistas	<u>2.912</u>	<u>2.609</u>
	<u>4.144</u>	<u>2.843</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2018 é de R\$ 2.780 (R\$ 5.264 em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

### 16. Provisão de manutenção

	31/12/2017	31/03/2018			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo Final
Circulante	26.586	1.602	447	(18.833)	9.802
	26.586	1.602	447	(18.833)	9.802

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

### 17. Patrimônio líquido

#### a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	31/03/2018	31/03/2017
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido	80.539	74.558
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00593	0,00508
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00652	0,00559

#### b. Dividendos

Em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 40.000 correspondentes a R\$ 2,7257041735 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 2,99827459085 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 28 de fevereiro de 2018.

Em 28 de março de 2018, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 47.889 correspondentes a R\$ 3,26331080217 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 3,58964188238 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 28 de março de 2018.

## Notas Explicativas

### 18. Receitas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receitas de pedágio	255.818	249.386
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	6.180	21.439
Receita de partes relacionadas	724	735
Receitas acessórias	3.086	3.266
<b>Receita bruta</b>	<u>265.808</u>	<u>274.826</u>
Impostos sobre receitas	(22.372)	(21.687)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<u>(22.372)</u>	<u>(21.687)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>243.436</u>	<u>253.139</u>

### 19. Resultado financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(12.780)	(14.045)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(447)	(1.463)
Capitalização de custos dos empréstimos	696	2.504
Perda com operações de derivativos	(39.238)	(20.402)
Valor justo sobre empréstimos e debêntures ( <i>fair value option</i> )	(692)	(4.771)
Variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(4.961)	(4.960)
Variação cambial sobre empréstimos	-	(4.002)
Juros e variações monetária sobre mútuos	(673)	(1.293)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(688)	(454)
	<u>(58.783)</u>	<u>(48.886)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial sobre empréstimos	2.838	14.789
Rendimento sobre aplicações financeiras	705	3.267
Ganho com operações de derivativos	37.450	6.761
Valor justo sobre empréstimos e debêntures ( <i>fair value hedge</i> )	2.537	539
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	3
Juros e outras receitas financeiras	346	504
	<u>43.876</u>	<u>25.863</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(14.907)</u>	<u>(23.023)</u>

### 20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

### Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	3.092	-	-	202.688	-	-
Contas a receber	-	60.716	-	-	57.500	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.135	-	-	3.132	-
Contas a receber com operações de derivativos	43.516	-	-	41.192	-	-
<b>Passivos</b>						
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	(33.794)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(193.556)	-	(620.635)	(193.822)	-	(607.709)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	(154.608)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(24.908)	-	-	(25.287)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.836)	-	-	(3.337)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(40.964)	-	-	(40.291)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.374)	-	-	(1.372)
	<u>(146.948)</u>	<u>63.851</u>	<u>(690.717)</u>	<u>(138.344)</u>	<u>60.632</u>	<u>(677.996)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado. O valor justo pode ser considerado como semelhante ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziria diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex. B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados swaps trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (fair value option), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 152.601 em 31 de dezembro de 2017.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

## Notas Explicativas

	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	624.093	651.252	611.271	634.096

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 186.320 em 31 de março de 2018, conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
5a Emissão - Série 2 IPCA + 5,67% a.a	99,9% até 100% do CDI	186.320

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras	3.092	202.688
Derivativos	43.516	7.398
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(154.608)
Debêntures	(193.556)	(193.822)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:



## Notas Explicativas

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

## Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito Acumulado		Resultado	Ganho/(Perda) em resultado
				Moeda Estrangeira	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Recebidos/(Pagos)	Moeda Local	Recebidos/(Pagos)		
				31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Posição ativa				-	-	96.883	97.131	(67)	(2.321)	21.702	20.582	-	-
Posição passiva	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	-	75.000	(75.181)	(76.549)	-	-	-	-	-	1.053
Posição ativa				-	-	97.002	97.170	(69)	(2.320)	21.814	20.610	-	-
Posição passiva	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a. 99,99% do CDI	-	75.000	(75.188)	(76.560)	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO</b>				-	150.000	43.516	41.192	(136)	(4.641)	43.516	41.192	-	2.188
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017</b>				-	-	-	(33.794)	(37.770)	(9.082)	-	-	(33.794)	(17.134)
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>				-	150.000	43.516	7.398	(37.906)	(13.723)	43.516	41.192	-	(1.788)
				-	301.410	43.516	7.398	(37.906)	(13.723)	43.516	41.192	-	(13.641)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

**Notas Explicativas****Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Riscos cambiais	(3.976)	-
Riscos de juros	<u>2.188</u>	<u>(13.641)</u>
	<u>(1.788)</u>	<u>(13.641)</u>

**Análise de sensibilidade**

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

**Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	186.320	(15.842)	(17.162)	(18.481)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	287.382	(26.295)	(28.342)	(30.389)
Debêntures - 7ª Emissão	Aumento do CDI	Novembro de 2020	336.711	(22.717)	(28.408)	(34.104)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(186.207)	15.833	17.152	18.470
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	150.376	(9.525)	(11.906)	(14.286)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (7)		3.067	201	252	302
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(58.345)</u>	<u>(68.414)</u>	<u>(78.488)</u>
Efeito sobre as debêntures e derivativos				(58.546)	(68.666)	(78.790)
Efeito sobre as aplicações financeiras				201	252	302
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(58.345)</u>	<u>(68.414)</u>	<u>(78.488)</u>
<b>As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup></b>						
CDI <sup>(2)</sup>				6,39%	7,99%	9,59%
IPC-A <sup>(3)</sup>				2,68%	3,35%	4,02%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

## Notas Explicativas

- (2) Refere-se à taxa de 29/03/2018, divulgada pela B3/Cetip;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

### 21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a. *Compromissos com o Poder Concedente outorga fixa*

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Outorga fixa	-	11.774	-	11.703

O compromisso foi pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.774, referente a outorga fixa, sendo R\$ 5.982 em caixa e R\$ 5.792 através de encontro de contas financeiras (R\$ 17.388 no trimestre findo em 31 de março de 2017, sendo R\$ 8.563 em caixa e R\$ 8.825 através de encontro de contas financeiras).

#### b. *Outorga variável*

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.898 referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.753 no trimestre findo em 31 de março de 2017).

#### c. *Compromissos relativos à concessão*

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

**Notas Explicativas**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	303.447	325.983

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

**22. Demonstração do fluxo de caixa**

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor apresenta os fluxos de obtenção de recursos.

**b. Reconciliação das atividades de financiamento**

	<b>Empréstimos e Financiamento</b>	<b>De bêtures</b>	<b>Mútuos/cessão onerosa com partes relacionadas</b>	<b>Dividendos a pagar</b>	<b>Operações com derivativos</b>	<b>Capital social</b>	<b>Total</b>
Saldo inicial	(154.608)	(801.531)	(40.291)	-	7.398	(139.763)	(1.128.795)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>							
Custos de transação	-	127	-	-	-	-	127
Dividendos pagos	-	-	-	87.889	-	-	87.889
Pagamentos de principal e juros	149.856	5.023	-	-	-	-	154.879
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	37.906	-	37.906
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>149.856</b>	<b>5.150</b>	<b>-</b>	<b>87.889</b>	<b>37.906</b>	<b>-</b>	<b>280.801</b>
<b>Outras variações</b>							
Despesas com juros, variação monetária e cambial	2.745	(17.648)	(673)	-	-	-	(15.576)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	2.007	(162)	-	-	(1.788)	-	57
Constituição de dividendos a pagar	-	-	-	(87.889)	-	-	(87.889)
<b>Total das outras variações</b>	<b>4.752</b>	<b>(17.810)</b>	<b>(673)</b>	<b>(87.889)</b>	<b>(1.788)</b>	<b>-</b>	<b>(103.408)</b>
Saldo final	<b>-</b>	<b>(814.191)</b>	<b>(40.964)</b>	<b>-</b>	<b>43.516</b>	<b>(139.763)</b>	<b>(951.402)</b>

\*\*\*

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Barueri/SP, 10 de maio de 2018.

---

SR. PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Barueri/SP, 10 de maio de 2018.

---

SR. PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR